

IDENTIDADE E ESPIRITUALIDADE DO PADRE DIOCESANO

*Aloísio Cardeal Lorscheider**

Resumo: O Presbítero diocesano precisa de uma espiritualidade própria. Diferente das várias Congregações Religiosas, ele necessita descobrir na sua vida e ministério a razão de ser de sua existência e como manter na sua atividade apostólica a sua relação com Deus. Daí a necessidade de uma ligação profunda com a Igreja Particular onde está incardinado, com o bispo diocesano, com o presbitério e com o povo que lhe foi confiado.

Palavras-chave: Jesus Cristo; Bispo; Presbítero; Igreja; Povo de Deus; Diocese.

Résumé: Le prêtre diocésain a besoin d'une spiritualité particulière, différente de celles des Congrégations religieuses. Il précise découvrir dans sa vie e dans son ministère la raison de son existence; en même temps, il doit chercher et entretenir dans son activité apostolique sa relation avec Dieu. Cela demande l'établissement d'une liaison profonde avec l'Église particulière dont il est «incardiné», avec l'évêque diocésain, avec le presbytère et avec le peuple qui l'a été confié.

Mots clés: Jésus-Christ; Evêque; Prêtre; Église; Peuple de Dieu; Diocèse.

INTRODUÇÃO

Sendo muito forte o desejo de ter maior clareza sobre a identidade e espiritualidade do padre diocesano, esforcei-me por aprofundar um pouco mais o assunto e oferecer aos padres diocesanos o resultado destas reflexões.

A ninguém foge a importância deste tema. As Ordens, Congregações, Institutos Religiosos e Institutos Seculares, têm definido em suas Regras, Constituições, Regulamentos, a própria identidade e espiritualidade. O mesmo não acontece com o clero diocesano. Existe bastante biografia sobre o assunto, mas nenhuma síntese satisfatória. É o que desejo fazer neste apanhado.

I PARTE

I. O que se entende por Padre Diocesano?

É o padre incardinado em uma Igreja Particular (Diocese), inteiramente consagrado a Ela, ao serviço dEla, para, em íntima união com o Bispo e os demais membros do Presbitério, pastoreá-la, ser pastor nesta Igreja Particular (Diocese).

1.1. Padre incardinado

A incardinação é expressão do vínculo jurídico, teológico, espiritual, sponsal, pastoral, do padre com a Igreja Particular (Diocese) (cf. *Pastores Dabo Vobis*, 74). A incardinação traz consigo uma consagração total a Ela para servi-la em união com o Bispo.

Isto supõe a consciência da própria Diocese, o conhecimento de sua realidade geográfica e cultural, as riquezas e carências no campo social, econômico, político, a sua história vivida por seus Bispos, Padres, Religiosos(as), Consagrados(as), Fiéis Cristãos Leigos, e um grande amor por esta porção do Povo de Deus. Isto tudo supõe sentir-se chamado, vocacionado, por Deus, aqui e agora, nas atuais circunstâncias históricas desta Diocese, para ser pastor.

O conhecimento da história da Diocese (história passada e presente) deve ser para o padre diocesano uma motivação

permanente para crescer na vida de oração, sentir-se estimulado a buscar mais e mais o seu próprio aprofundamento dentro das exigências evangelizadoras e pastorais da Diocese e se doar sempre mais para que Jesus seja conhecido, amado e seguido, por esta porção do Povo de Deus, que, em união com o Bispo Diocesano, lhe foi confiado.

1.2. Na vida e no ministério do Padre Diocesano sobressaem três realidades: a Diocese = Povo de Deus; o Presbitério; o Bispo.

São estas realidades que definem o carisma, a espiritualidade, a razão de ser do presbítero, ou padre diocesano.

II – O que é Diocese? E nela, o que é o Bispo?

É a porção do Povo de Deus, confiada a um Bispo, para que a apascente (pastoreie) com a colaboração do presbitério, de tal sorte que, unida ao seu Pastor e reunida por ele no Espírito Santo por meio do Evangelho e da Eucaristia, constitua uma Igreja particular, na qual está e opera a Igreja de Cristo, una, santa, católica, apostólica (*Christus Dominus*, 11).

2.1. A Igreja não é uma entidade abstrata; é uma realidade bem concreta. A Igreja UNIVERSAL “subsiste nas Igrejas particulares e a partir das Igrejas particulares”; é nas Igrejas particulares e a partir delas que existe a una e única Igreja Católica (*Lumen Gentium*, 23; Código do Direito Canônico, cân 368). A Igreja Católica Universal é todo o Povo de Deus, comungante entre si sob a guia do Romano Pontífice e do Colégio dos Bispos, e se estende por toda a Terra, ao passo que a Igreja Particular é uma porção do Povo de Deus confiada ao pastoreio de um Bispo, com a cooperação do presbitério, de modo tal que, unindo-se ela a seu Bispo, pelo Evangelho e pela Eucaristia, reunida pelo Bispo no Espírito Santo, constitua uma Igreja Particular, na qual está verdadeiramente presente e operante a Igreja de Cristo una, santa, católica e apostólica (*Christus Dominus*, 11; Código do Direito Canônico, cân 368). O elemento mais importante não é o elemento territorial, mas o elemento pessoal: porção do Povo de Deus!

2.2. Esta porção tem um Pastor próprio, um sucessor dos Apóstolos, o Bispo, que tem um poder próprio, ordinário (não delegado!), imediato. O Bispo não é o representante do Papa, não é o Vigário do Papa, mas é o Vigário de Jesus Cristo nesta Igreja Particular. É o princípio e fundamento visível de unidade (=de comunhão) em sua Igreja particular, em sua Diocese. O Papa é o princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade (=comunhão) dos Bispos e da multidão dos fiéis espalhados pelo mundo inteiro. Essa missão/função do Papa, porém, não anula a missão/função própria do Bispo, mas lhe dá, em contribuição, consistência, como também a afirmação do Bispo não dispensa a função do Papa.

Vê-se por aí a importância do Bispo na Igreja Particular. Não se trata de exaltar pessoas, mas a constituição eclesial dada por Jesus Cristo à sua Igreja. Trata-se de saber, com certeza, quem, afinal, fala em nome de Cristo e quando o faz. Quem, na terra, representa com autoridade (não com autoritarismo!), de modo visível, a Jesus Cristo.

2.3. Qual é mesmo a estrutura original e inalienável da Igreja de Cristo?

O Sínodo Mundial dos Bispos de 1971 responde com toda a clareza: o Apóstolo e a comunidade dos fiéis, unidos entre si, numa conexão recíproca, sob Cristo Cabeça e sob o influxo de seu Espírito. A Igreja é uma realidade que escapa aos dados da sociologia. Ela é uma realidade misteriosa, permeada pela presença de Cristo e do Espírito Santo. Mistério significa uma realidade divina (= permeada por uma presença especial de Deus) operando no mundo. É a fé que opera pela caridade (*Gl* 5,6).

É essa estrutura essencial da Igreja, constituída pelo rebanho e pelos Pastores para isso designados (cf. *IPd* 5,1-4), que foi e permanece sempre normativa e faz com que a Igreja nunca possa ficar fechada em si mesma e se submeta sempre a Cristo, como sua origem e sua Cabeça (cf. *Sínodo dos Bispos*, 1971, I Parte, 4).

Estreitamente ligado ao Bispo está o presbitério. O presbitério é um complemento necessário do Bispo, participa da autoridade

com que Cristo mesmo edifica, santifica e governa a Igreja (*Presbyterorum Ordinis*, 2). O Bispo e o presbitério formam uma profunda unidade. Não posso pensar Bispo sem presbitério como não posso pensar presbitério sem Bispo. Presbítero isolado não existe. Ele só existe e tem razão de ser enquanto, estreitamente ligado ao Bispo, enquanto estreitamente inserido no presbitério.

A autoridade não significa poder de domínio, mas poder de capacidade. Capacidade de serviço e de ministério. É a famosa *exousía* de que falam São Lucas, São João e São Paulo. A *exousía* (=poder) de Jesus não se expressa na vontade de domínio, mas na absoluta liberdade de serviço ao mundo: poder (*exousía*) de dar e retomar a vida (*Jo* 10,18). O Sínodo dos Bispos de 1974 diz que “tal autoridade não é algo próprio do ministro; ela é manifestação da “*exousía*” (isto é, poder) do Senhor. Por ela o padre é o embaixador de Jesus na obra escatológica da reconciliação (cf. *2Cor* 5,18-20)”. Na comunidade cristã nós padres unidos ao nosso Bispo somos o penhor da presença salvífica de Cristo (cf. *Sínodo dos Bispos*, 1971, Parte I, nn. 5 e 4).

O Bispo, portanto, não age sozinho. Ele forma um todo com o presbitério. O Bispo, pois, não pode ser pensado isolado do presbitério nem o presbitério isolado do Bispo. É a comunhão que caracteriza essa ligação íntima. Aqui não se faz outra coisa do que sublinhar o próprio do ser da Igreja: A Igreja é o sacramento de comunhão dos homens com Deus e dos homens entre si. Isto significa que a Igreja por ser sacramento significa e realiza (sinal eficaz!) esta comunhão. A Igreja significa e realiza a comunhão dos homens com Deus e de Deus com os homens e dos homens entre si. A Igreja é o instrumento eficaz do Deus da comunhão. “A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou seja sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (cf. *Lumen Gentium*, 1).

2.4. A comunhão é a espinha dorsal de todo ser da Igreja! Os elementos ao redor dos quais se constrói a comunhão são, por conseguinte, o Bispo com o presbitério, o Evangelho e a Eucaristia animados pelo Espírito Santo. Aparece aqui a realidade misteriosa,

divina, da Igreja operando no mundo, também a da Igreja Diocesana. A Diocese não é, pois, uma realidade puramente sociológica; é uma realidade transcendente.

A comunhão eclesial funda-se na comunhão trinitária. A comunhão eclesial no mundo deverá ser o reflexo, a manifestação, o sinal visível, da comunhão trinitária, de tal sorte que se possa afirmar ser a Igreja, no mundo, o reflexo e a vivência do mistério trinitário através da criatura racional: na Santíssima Trindade a Igreja possui a sua fonte de origem, o seu modelo de vida, a sua meta final: a Igreja é a “*plebs adunata de unitate Patris et Filii et Spiritus Sancti*” (S. Cipriano): é o povo reunido a partir da unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo!

Essa unidade, essa comunhão, tem como seu princípio e fundamento visível o Bispo juntamente com o presbitério: o Bispo é investido da plenitude do sacramento da Ordem. É a partir dessa plenitude que se tece a comunhão eclesial. Essa plenitude episcopal supõe a comunhão com os demais Bispos também revestidos da plenitude e com o Romano Pontífice. Isto tudo significa que a plenitude do Bispo se exerce na plenitude da comunhão dos demais Bispos e do Romano Pontífice.

Essa plenitude de comunhão episcopal torna-se presente no presbitério e se vai construindo pelo Evangelho e pela Eucaristia no Espírito Santo, de tal sorte que impregne toda a comunidade e se tenha a Igreja particular, na qual está verdadeiramente presente e operante toda a Igreja de Cristo, a Igreja una, santa, católica e apostólica.

Por aí se vê que Bispo-Presbitério-Evangelho-Eucaristia-Esperito Santo, são os elementos aglutinadores e construtores da comunhão eclesial na Igreja particular com dimensão de universalidade católica, apostólica e santificadora.

É neste sentido que se pode dizer: “*Ubi Episcopus ibi Ecclesia*” (Onde está o Bispo, lá está a Igreja), tomando o “*Episcopus*” (Bispo) não num sentido autoritário, totalitário, dominador, mas num sentido de princípio e fundamento visível da

comunhão eclesial dentro da grande comunhão presente no mundo todo presidida pelo Papa. Santo Inácio de Antioquia, em sua Carta aos Romanos, logo no início na saudação refere-se “à Igreja que preside à universal assembléia da caridade”. No grego: à Igreja que preside à universal ágape. O que é ágape a não ser comunhão?

Em poucas palavras podemos dizer: onde houver um Bispo em comunhão aí teremos a Igreja-Comunhão. Bispo é alguém constituído pela sagração episcopal e pela comunhão hierárquica (=apostólica) com o Papa e os demais membros do Colégio (cf. *Lumen Gentium*, 21).

É neste sentido que o Bispo é o primeiro evangelizador e o primeiro catequista (mestre da fé) em sua Igreja particular; é o primeiro liturgo: ecônomo da graça de Deus, o primeiro responsável pela celebração correta dos sacramentos; o primeiro servidor da caridade eclesial e do exercício da justiça e do ordenamento dos carismas e ministérios.

A Igreja não é só comunhão; ela é também missão. Ela é enviada: a comunhão em missão: missão de Jesus Cristo – missão do Espírito Santo – missão da Igreja. A Igreja é essencialmente missionária: o Bispo com seu presbitério são os primeiros missionários. Toda Igreja particular (= toda Diocese), deve ser missionária.

A Igreja missionária toda ela, é também toda ela ministerial. Dotada de dons e carismas para exercer a sua missão dentro da função que cabe a cada um segundo o seu estado de vida.

Em toda esta questão é fundamental a sacramentalidade da Igreja: sinal vital, eficaz das graças de Jesus.

III – O Presbitério

3.1. O uso do termo e o seu significado na história. O termo já se usa no Novo Testamento, designando em primeiro lugar a categoria dos anciãos (Presbíteros: do grego: presbūs – presbítero: velho, o mais velho) do Povo que, em Jerusalém, tem ao lado do sumo sacerdote, um papel importante no processo de Jesus (cf. *Lc* 22,66): “Quando se fez dia, reuniu-se o presbitério do povo (=

conselho dos anciãos do povo), os sacerdotes e os escribas...”. Após a ascensão de Jesus, esse presbitério continua com a vigilância e repressão contra os primeiros cristãos: é esse presbitério que, com o sumo sacerdote, envia Saulo a Damasco para aí perseguir os discípulos de Cristo (*At 22,5*: “como o sumo sacerdote e todo o presbitério são testemunhas”).

3.2. Um segundo uso temos numa passagem da *1Tm 4,14*, onde Paulo recomenda a Timóteo de não descuidar do carisma que está nele e lhe foi conferido mediante profecia, seguida da imposição das mãos do presbitério (cf. também *2Tm 1,6*, onde Paulo fala só da imposição das “minhas mãos”).

3.3. Já na literatura patrística o termo ocorre mais vezes. Santo Inácio de Antioquia usa o termo bem treze vezes. O presbitério compreende os presbíteros de uma Igreja determinada, indicando ministros inferiores ao bispo, mas superiores aos diáconos, que participam conjuntamente no serviço do ensinamento oficial, do culto público e do governo da comunidade cristã local. Esse presbitério está sempre associado ao Bispo. Todos os fiéis, incluídos os diáconos, lhe devem obediência: os cristãos devem submeter-se ao Bispo e ao presbitério, pois que qualquer um que agir sem o Bispo, o presbitério, os diáconos, não tem pura a consciência (*Aos Tralianos*). A submissão que se requer é a mesma em relação ao Bispo e ao presbitério: “É necessário submeter-se ao presbitério...” (*Aos Tralianos*). “Comportai-vos bem em Jesus Cristo, sujeitos ao Bispo e igualmente ao presbitério” (*Aos Tralianos 13,2*). “Sede obedientes ao Bispo como ao mandamento de Deus, e aos presbíteros” (*Aos Tralianos*). O presbitério deve estar ligado ao Bispo como as cordas à citara (*Aos Efésios 4,1*).

Na idéia, pois, de Santo Inácio, o presbítero não é um isolado; é alguém unido aos outros presbíteros e, o principio desta unidade, é a ligação comum ao Bispo.

3.4. Este conceito de presbitério de Santo Inácio de Antioquia – Bispo e presbíteros formando uma profunda unidade – é proposto pelo Vaticano II e documentos posteriores da Santa Sé, haja vista o último Sínodo de 1990. Diz a *Lumen Gentium*, 28: “Os presbíteros,

solícitos cooperadores da Ordem Episcopal, ajuda e instrumento seu, chamados para servir o Povo de Deus, formam, junto com seu Bispo, um só presbitério, dedicado a diversas tarefas”. E o Sínodo Mundial dos Bispos de 1990: “Os presbíteros pelo sacramento da Ordem são ligados com Cristo único sacerdote por um vínculo pessoal e indissolúvel. A ordem lhes é conferida enquanto indivíduos, mas são inseridos na comunhão do presbitério unidos com o Bispo (*Lumen Gentium*, 28; *Presbyterorum Ordinis*, 7 e 8). A Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores Dabo Vobis* (25/03/1992), 17: “O ministério ordenado, em virtude da sua própria natureza, pode ser exercido somente na medida em que o presbítero estiver unido a Cristo mediante a inserção sacramental na ordem presbiteral e, por conseguinte, enquanto se encontra em comunhão hierárquica com o próprio Bispo. O ministério ordenado tem uma radical forma comunitária e pode apenas ser assumido como obra coletiva...” “O ministério do presbítero é, antes de mais, comunhão e colaboração responsável e necessária no ministério do Bispo, na solicitude pela Igreja universal e por cada Igreja particular para cujo serviço eles constituem, juntamente com o Bispo, um único presbitério”.

Neste presbitério os sacerdotes estão unidos entre si por particulares vínculos de caridade apostólica, de ministérios e de fraternidade. E ainda diz: “Dentro da comunhão eclesial, o sacerdote é particularmente chamado a crescer, na sua formação permanente, no e com o próprio presbitério unido ao Bispo. Na sua verdade plena, o presbitério é um *mysterium* de fato, é uma realidade sobrenatural porque se radica no sacramento e crescimento... A Ordem é conferida aos presbíteros como pessoas singulares, mas são inseridos na comunhão de todo o presbitério com o Bispo” (*Pastores Dabo Vobis*, 74). “Esta origem sacramental reflete-se e prolonga-se no âmbito do exercício do ministério presbiteral: do *mysterium* ao *ministerium*... A fisionomia do presbitério é a de uma verdadeira família, de uma fraternidade, cujos laços não são da carne nem do sangue mas os da graça sacramental da Ordem”.

3.5. Para ser membro do Presbitério exigem-se duas condições:

1º) Ter sido ordenado presbítero por um Bispo em comunhão com toda a Igreja. Mediante a ordenação, cada padre é constituído colaborador da Ordem ou Colégio dos Bispos. É a graça sacramental recebida que o ordena e habilita a esta colaboração. É uma verdadeira habilitação ou qualificação ontológica para que os padres os cooperadores, os conselheiros, os auxiliares do corpo episcopal. Por esta inserção na corrente da sucessão apostólica, os padres como os Bispos devem ter solicitude por todas as Igrejas: inseridos numa Igreja Particular sempre numa dimensão universal, católica.

2º) Ter recebido de um Bispo responsável por uma Igreja Particular uma missão canônica para o serviço desta Igreja. Esta missão se exerce em todo o âmbito do ministério episcopal, do qual o Vaticano II distingue habitualmente três funções: a do ensino, a da santificação, a do governo ou orientação.

O Prefácio romano para a ordenação dos padres, o Prefácio consecratório, descreve o tríplice ministério presbiteral referindo-se a três episódios bíblicos que correspondem precisamente às três funções da colaboração do padre com o Bispo. Os padres são comparados aos setenta homens prudentes que ajudaram a Moisés governar o povo, aos filhos de Aarão que cooperaram com o pai na tarefa de santificar o povo por meio da celebração das funções sangradas, aos auxiliares dos Apóstolos que ajudam a pregar a fé em todo o mundo. Essas comparações falam por si.

3.6. De tudo quanto foi exposto até aqui, vê-se que Bispo e Presbitério formam um todo na propagação da fé, na celebração dos sacramentos, no pastoreio da Igreja Particular. Intimamente ligados entre si pela graça sacramental devem estar intimamente ligados no serviço da comunidade eclesial. A comunhão sacramental especial que os insere na sucessão apostólica deve animar toda a comunhão eclesial. Juntos, dentro de uma real pastoral de conjunto ou pastoral orgânica, devem animar a comunhão eclesial para que a Palavra de Deus, a vida de Deus, a

ação de Deus, seja presença viva e atuante no mundo. Juntos devem coordenar a comunidade eclesial no exercício do seu ser profético, sacerdotal, régio. Juntos devem presidir a comunidade eclesial para que o sacerdócio comum dos fiéis, se integre na plena unidade do plano salvífico divino, levado a efeito por Jesus Cristo. Juntos devem ajudar a comunidade eclesial no discernimento dos carismas e dos sinais do tempo.

É bom observar que o sacerdócio comum dos cristãos necessita do sacerdócio ministerial para chegar à sua plenitude. Sem o sacerdócio ministerial, o sacerdócio comum dos fiéis perde sua força e eficácia. Um está ordenado ao outro. Um necessita do outro. A Igreja é um Povo, é um Corpo, é uma Família. Bispo e presbíteros bem unidos entre si constituem dentro da comunidade eclesial, juntos com o Espírito Santo, a alma de toda a ação salvífica divina. Para isso foram capacitados, autorizados, enviados, ungidos, pelo sacramento da Ordem.

Tudo isso, porém, deverá ser realizado num espírito de serviço, numa atitude de serviço. Eles são ministros (= servos do *ministrare* latino: servir!), servos, à semelhança de Jesus. Não ser servido, mas servir, não querer que os outros lhes lavem os pés, mas eles devem lavar os pés uns dos outros: “Dei-vos o exemplo...” (Jo 13,15). As duas imagens: Servo de Jahvé e Bom Pastor se identificam!

3.7. O presbitério – padres e Bispo - seja uma verdadeira família. Padres e Bispo, Bispo e padres, mais do que quaisquer outros devem amar-se fraterna e profundamente em Jesus Cristo. Entre todos deve reinar a mais profunda fraternidade sacerdotal. Essa fraternidade deve ser muito sentida e vivida por cada um. Se um sofre, todos sofrem, se um não anda corretamente, todos andam meio tortos, se um é difamando, todos são difamados... Dessa relação de amor e fraternidade todos tirarão força para a sua vida espiritual e dela brotará a mais intensa eficácia pastoral. Esta vivência fraterna com vistas ao mais profícuo serviço pastoral é na realidade expressão do cuidado pastoral, da cura pastoral, de Jesus Cristo, Sumo e Eterno Mestre, Sacerdote, Pastor, pelo povo reunido

a partir da unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. É só no espírito e na atitude do amor fraterno e unidade que o Bispo e Padres serão testemunhas autênticas de Jesus Cristo. Com renovado ardor missionário testemunharão Jesus Cristo em comunhão fraterna! A própria obediência sacerdotal só se entende nessa comunhão.

IV – O Povo de Deus

Outro elemento importante da espiritualidade do padre diocesano é o amor e respeito profundo pela porção do Povo de Deus que, juntamente com o Bispo, lhe foi confiado. Para se dar melhor conta do que significa essa responsabilidade, importa aprofundar o sentido e o alcance da expressão “Povo de Deus”.

4.1. Entre as muitas imagens com que a Revelação apresenta a Igreja – Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo, Esposa de Cristo, Videira Mística, Redil, Lavoura ou Campo de Deus, construção de Deus, Jerusalém celeste e nossa Mãe, Família de Deus – o Concílio Ecumênico Vaticano II privilegiou a imagem de Povo de Deus.

Esta escolha foi vista como uma reviravolta copernicana na apresentação do ministério da Igreja. Sempre até então se acentuava a hierarquia e, neste sentido, privilegiava-se a imagem de Igreja corpo de Cristo ou Corpo Místico de Cristo. Com a imagem do Povo de Deus fez-se mudança profunda. O ponto de partida tornou-se a igualdade fundamental de todos os cristãos. Não se exclui, é claro, a hierarquia, tanto mais que ela faz parte do Povo de Deus, mas não é ela a única responsável pela Igreja. Todos os batizados e todas as batizadas têm responsabilidade pelo crescimento e pela difusão da Igreja no Mundo para que o Reino de Deus se torne uma realidade sempre mais vivida.

4.2. Como, pois, entender a expressão Povo de Deus? É um povo conquistado por Deus, um povo profético, sacerdotal, régio, povo santo, povo peregrino, povo enviado por Deus, povo servidor... Novo Israel.

A imagem de Povo de Deus presta-se em primeiro lugar para indicar a continuidade da Igreja com Israel, o Povo da Antiga Aliança. A Igreja é o novo Israel, o povo da Nova e Eterna aliança, um povo que não nasceu da carne nem do sangue, mas nasceu de Deus (cf. Jo 1, 12). Gerado por Deus no sangue precioso de Jesus.

Em segundo lugar, esta imagem de Povo de Deus leva-nos a ver a Igreja peregrina, constituindo-se na história humana, dominada e definida pelo desígnio divino da aliança e salvação, portanto dentro de uma história sagrada: povo de judeus e gentios peregrinos na história sob a ação do Espírito Santo e dos seus respectivos Pastores colocados por Deus como guias. Lembra-se aí uma intervenção histórica de Deus, positiva, graciosa, permanente: “Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu quem vos escolheu...” (Jo 15,16), e visa a universalidade dos homens e mesmo a criação toda que está ligada a este Povo quando ao destino (cf. Rm 8, 19-22: toda a criação geme e espera a libertação dos filhos de Deus). É o mistério de Cristo Encarnando, Morto, Ressuscitado, prolongando-se na história.

Em terceiro lugar, as idéias de eleição, chamamento, envio, como as de aliança, consagração, promessas, marcam intimamente a vida desse povo. É dele que Deus fez a sua morada, o seu templo. Mediante o batismo, Deus tornou esse povo participante de sua vida divina, fê-lo filho seu, urgiu-o como povo messiânico e o revestiu da santidade do organismo da vida divina. Constituiu Deus para si um povo que o conhecesse em verdade e o servisse na santidade. Deus não quis salvar os homens individualmente, sem conexão de uns com os outros, mas quis constituir-los como povo. É o aspecto comunitário da salvação: ninguém se salva sozinho, ninguém se condena sozinho (cf. *Lumen Gentium*, 9). Pastoralmente esse aspecto é muito rico: Deus mora no meio do seu povo (o Emanuel!) e nos espera no coração de cada membro desse povo (cf. *Redemptoris Missio*, 88).

É, pois, um povo que não nasce apenas de Deus, mas também se orienta e vive para Deus como povo consagrada para render-lhe culto e glória. O Povo de Deus é o templo vivo de Deus, morada de

sua presença entre os homens. É interessante neste sentido ler *Ap* 21. Nesse templo nós cristãos somos as pedras vivas (*IPd* 2,5).

4.3. Nós, os cidadãos deste Povo, devemos caminhar na terra como cidadãos do céu, com o coração enraizado em Deus, através da palavra de Deus vivida, herdada, contemplada, onde vivendo tudo a Deus por Cristo no Espírito Santo, oração-contemplação. Andar sempre na presença de Deus! “Anda diante de mim e sê perfeito (= sê feliz!)” (*Gn* 17,1). Essa atitude de oração e contemplação é condição para uma entrega sempre mais fecunda aos homens. Só quem aprendeu adorar a vontade de Deus no silêncio da oração, no silêncio do sacrário é capaz de fazê-lo quando se lhe pedir renúncia, sofrimento, humilhação.

4.4. Como membros desse povo santificado pelo batismo, somos chamados a manifestar esta santidade ao mundo: sendo quem nos chamou, só nos resta tornar-nos também santos em todo o nosso comportamento (cf. *IPd* 1,15).

4.5. Povo chamado e enviado, enviado como povo profético que anuncia o Evangelho, lê os sinais dos tempos, discerne a voz de Deus no coração da história. Anuncia onde se manifesta a presença de seu Espírito; denuncia onde opera o mistério da iniquidade (*2Ts* 2,7). Enviado como povo sacerdotal: participação no culto de Deus, transformando a vida de cada dia em oferenda e oblação. Enviado como povo régio: fermentando as coisas em oferenda e oblação. Enviado como povo régio: fermentando as coisas temporais com o espírito de Cristo. O caminho real da santa Cruz!

Enviado como povo servidor – sacramento universal de salvação. O modo próprio de servir desse povo é evangelizar. Só ele pode prestar esse serviço. Evangeliza-se mediante o testemunho global da vida. Cada comunidade eclesial deveria esforçar-se para ser um exemplo de convivência em que se unem liberdade e solidariedade, autoridade e serviço, onde se vive uma atitude diferente diante da riqueza, onde se ensaiam formas de organização e estruturas de participação capazes de abrir caminho para um tipo mais humano de sociedade e onde se manifesta que só a comunhão com Deus em Jesus Cristo é capaz de sustentar qualquer outra

forma de comunhão humana sem se voltar fatalmente contra o próprio homem (cf. *Puebla*, 235-273).

4.6. Por que toda esta reflexão? Para nos darmos conta da responsabilidade colocada em nossas mãos e o quanto o nosso zelo deve ser ardente e perseverante para prepararmos e oferecermos a Deus o povo santo, missionário, engajado, com que o Pai sonha e pelo qual o seu Filho bem amado deu todo o seu sangue.

O Povo de Deus, o povo com o qual lidamos, é um sacramento de Deus! Moisés pode ser para nós um exemplo do tamanho que deve ter a nossa doação. Também aqui vale a palavra do Evangelho: “Não deis aos cães o que é santo nem atireis as vossas pérolas aos porcos” (*Mt 7,6*). O Povo de Deus, o povo com o qual lidamos, é a semente de unidade, esperança, salvação, plantada por Deus no meio do mundo.

Constante deve ser a nossa preparação, o nosso empenho, a nossa vigilância. Esforcemos-nos a ser pastores segundo o coração de Deus! A realização da missão do Povo de Deus e de sua ministerialidade depende, em grande parte, da realização de nossa missão e ministerialidade.

V – Ainda a Igreja Particular: quais as suas tarefas?

5.1. A Igreja Particular é o *lugar privilegiado* no qual se realiza o mistério da Igreja. A estrutura da Igreja é, primeiramente, sacramental. Sacramental enquanto sacramento de Jesus Cristo, enquanto depositária dos sete sacramentos, enquanto se constrói pela Palavra e pelo Sacramento, sobre tudo a Santíssima Eucaristia (*Sacrosantum Concilium*, 10), já que a Igreja brota do corpo aberto de Jesus, corpo aberto que significa a Salvação mundo, corpo vivo e verdadeiro presente na Eucaristia. Percebe-se o valor imenso da Eucaristia para a vida da Igreja.

5.2. Do ponto de vista teológico a Igreja não se realiza a não ser como comunidade reunida ao redor do Altar sob a presidência do Bispo, isto é, como Igreja particular. A primeira realização da Igreja não é a Igreja universal, mas sim a Igreja particular. Não é a soma das Igrejas particulares que forma a Igreja universal, mas é a

comunhão das Igrejas particulares sob a direção do Romano Pontífice que forma a Igreja Universal.

Deus quer a salvação de todos os homens na única Igreja, mas quer a salvação do homem concreto e, por conseguinte, a primigênia realização desta única Igreja se dá nos ambientes particulares onde esses homens concretos se encontram, dentro de um contexto sócio-cultural bem definido.

E podemos dizer mais ainda, a catolicidade efetiva da Igreja não pode existir nem sentir-se necessária a não ser desde a existência necessária das Igrejas particulares. É a partir de Jerusalém que se vai formando a Igreja Universal.

5.3. Jesus Cristo fundou um Colégio Apostólico e o enviou a todos os povos. Para cumprir essa missão universal da Igreja, os Apóstolos e os demais discípulos em comunhão com eles se dispersaram e fundaram Igrejas particulares, de tradições próprias, que assumiram a obra de continuar a missão até os confins da terra. É nessa pluralidade das realizações particulares da Igreja que se faz sentir a necessidade de coesão, de manutenção da colegialidade, de robustecer dentro dela o primado que compete àquela Igreja particular que tem a principalidade. Mas o pólo primeiro é sempre a Igreja particular. É sempre a partir dela que se manifesta o mistério da Igreja.

Aparece aqui a grande importância da Igreja particular que na comunhão com as demais Igrejas encontra sua dimensão universal. O primado da jurisdição compete ao Bispo de Roma. Roma também é uma Igreja particular, à frente da qual está um Bispo, e este Bispo é o sucessor de São Pedro tornando-se assim o Pastor ao Jesus qual confiou o pastoreio de todas as Igrejas espalhadas pelo mundo. É ele o Pastor universal visível. Este fato, porém, não anula o poder próprio, ordinário, imediato de cada Bispo em sua Igreja particular.

A importância primordial da Igreja particular não suprime nem relativiza nunca o outro pólo da realidade eclesial, o universal, pois que é desde o particular que se constrói a Igreja universal. É a

partir da Igreja particular que se possibilita a missão de Pedro de confirmar os seus irmãos na fé (*Lc 22,32*). Cristo fundou a sua Igreja sobre Pedro (*Mt 16, 18*) e os demais apóstolos (*Mt 18,18*). Ela continua sob o Papa, sucessor de São Pedro, e sob os Bispos, sucessores dos demais Apóstolos, a singrar o mar tempestuoso deste mundo, até um dia chegar ao porto feliz da eternidade.

É, pois, sob Pedro e o seu sucessor, os Apóstolos e os seus sucessores, que a Igreja continua a sua missão até o final dos tempos. É na pessoa dos Bispos, auxiliados pelos presbíteros, que o Senhor Jesus, Pontífice supremo, está presente no meio dos fiéis cristãos e no meio do mundo (*Lumen Gentium, 21*).

5.4. A grande meta da Igreja – por isso também da nossa Igreja Particular que está em um lugar concreto – é criar comunhão com os outros (importância da oração para Igreja particular!). O testemunho fundamental da Igreja particular está no “Sede perfeitos como vosso Pai celestial é perfeito” (*Mt 5,48*) e no “nisto todos conhecerão que sois os meus discípulos, se tiverdes amor uns pelos outros” (*Jo 15, 35*). A credibilidade da Igreja particular encontra-se nesta vivência constante do amor para com Deus e no amor para com o próximo. O nosso grande esforço é o de reintegrar na unidade de Cristo todas as diversidades que separam e oprimem os homens.

Acentuando a vitalidade da Igreja particular e a necessidade de assumir todas as suas próprias responsabilidades, é preciso prestar sempre atenção para que a comunhão com outras Igrejas Particulares e com o Papa não sofra aranhões. É sempre dentro da comunhão eclesial que se deve processar a autonomia e fisionomia própria de cada Igreja particular.

Entra aqui também a inculturação. Ela também se deve realizar dentro da comunhão eclesial.

É necessário manter sempre o equilíbrio entre o poder próprio, ordinário e imediato do Bispo em sua Igreja particular e o poder pleno, supremo e universal do Papa sobre todos e cada um dos fiéis, sobre toda a Igreja, que o Papa pode exercer sempre

livremente. O poder do Bispo “está regulado pela suprema Autoridade da Igreja e pode ser limitado com vistas à utilidade da Igreja e dos fiéis” (*Lumen Gentium*, 27). Entretanto, aos Bispos confia-se plenamente o ofício pastoral, ou seja, o cuidado habitual e cotidiano de suas ovelhas, e não devem considerar-se como vigários (representantes, lugar tenentes) dos Romanos Pontífices, já que exercem poder próprio e são, na verdade, os chefes dos povos que governam. Assim, pois, seu poder não é anulado pelo poder supremo e universal, mas pelo contrário, é afirmado, robustecido e defendido, pois que é o Espírito Santo que mantém indefectivelmente a forma de governo que Cristo Senhor estabeleceu em sua Igreja (*Lumen Gentium*, 27).

5.5. Falando de autonomia e fisionomia própria de cada Igreja particular, é preciso ter sempre presente o princípio da Tradição e o da Criatividade. *Nova et Vetera* – coisas novas e velhas (*Mt* 13,52). Não se trata só de conservar as próprias tradições, valores e realizações históricas (que também é importante), mas é necessário ir criando novas formas em todos os campos que interessam a ação evangelizadora. Pense-se na teologia mais correspondente aos anseios e questionamentos de cada Igreja particular; pense-se na espiritualidade própria; pense-se nas ações pastorais mais características de cada Igreja particular. Cada Igreja particular tem seu rosto próprio.

Todas as situações novas políticas, culturais, econômicas, sociais e mesmo religiosas abrem campo para a criatividade.

Considerando tudo o que foi refletido, nota-se como é importante cada Igreja particular ter consciência de sua peculiaridade e assumir, responsabilmente, todos os desafios e problemas que na caminhada histórica se vão apresentando. Não há desafios uniformes para todas as Igrejas; há respostas de comunhão, de unidade, sempre dentro do legítimo pluralismo ou pluriformidade.

II PARTE

Tendo nós estudado na I Parte o carisma, a espiritualidade e o ser próprio do padre diocesano, já nos toca ver como o padre diocesano deve viver toda esta sua especificidade e identidade para corresponder ao plano salvador divino. Trata-se de saber de que modo, dentro da sua especificidade e identidade, o padre diocesano cumprirá santamente a missão que Deus lhe confiou em íntima colaboração com o seu Bispo.

VI – Ministério e Santidade

O padre diocesano alcançará de maneira autêntica a santidade ou o seu crescimento espiritual através do desempenho de suas tarefas de modo sincero e incansável no Espírito de Cristo, o que significa, na fiel união e generosa cooperação com o seu Bispo e os demais membros do Presbitério, animado de caridade pastoral pela Diocese (Povo de Deus) na qual está incardinado (*Prsbyterorum Ordinis*, 13; *Lumem Gentium*, 41).

6.1. Primeira tarefa: *Evangelizar e ensinar*. Como ministros principais, junto com o seu Bispo, responsáveis pela Palavra de Deus, é necessário que a leiam todos os dias e escutem a palavra de Deus que aos outros tem que ensinar. Na ordenação presbiteral, o presbítero prometeu desempenhar, com dignidade e sabedoria, o ministério da palavra, proclamando o Evangelho e ensinando a fé católica. E isto depois que o Bispo na ordenação lhe lembrou que o presbítero deve transmitir a todos a palavra de Deus. Meditando na lei do Senhor, ele procure crer no que ler, ensinar o que crer, praticar o que ensinar. A pregação do presbítero deve ser alimento para o povo de Deus, e a vida do presbítero, pautada pela palavra de Deus, estímulo para os fiéis, de sorte a edificar a Igreja pela palavra e pelo exemplo.

São Jerônimo, o grande Doutor da Santa Escritura, deixou o seguinte conselho: “Divinas scripturas saepius lege; immo numquam de manibus tuis sacra lectio deponatur [...] Sermo presbyteri Scripturarum lectione conditus sit” (Leia com frequência as Divinas Escrituras; antes, nunca largue a leitura sagrada [...]) A

palavra do presbítero traga o condimento da leitura das Escrituras). E São Jerônimo diz mais ainda: “Ignorar as Escrituras é ignorar Cristo”.

É pela pregação da palavra de Deus que no coração dos infiéis se desperta e, no coração dos fiéis, se alimenta a fé; com ela se inicia e cresce a comunidade dos fiéis. Esta palavra não deve ser exposta apenas de modo geral e abstrato, mas deverá aplicar a verdade perene do Evangelho às circunstâncias concretas da vida.

6.2. Segunda tarefa: *Santificar*. O presbítero diocesano é, com o seu Bispo, o ecônomo da graça de Deus. Esta graça, normalmente, passa através dos Sacramentos confiada às mãos presbiterais. Os sacramentos constituem o prolongamento através do tempo e do espaço dos gestos salvíficos de Jesus Cristo; são sinais eficazes através dos quais a vida divina do Pai, do Filho e do Espírito Santo, a vida que Jesus trouxe e quis tivessem todos em abundância, chega às pessoas humanas; vida que, na atual economia, da salvação, é vida de Cristo: “da sua plenitude temos recebido todos” (*Jo* 1,18); é enxerto em Cristo; é encontro, união com Cristo, e por Ele com o Pai e o Espírito Santo. É a atualização da obra redentora de Jesus em cada pessoa humana; é a inserção no ministério pascal de Cristo; é atualização em cada ser humano da história da salvação.

Toda a história da salvação renova-se nos sacramentos. Eles constituem o compêndio da ação salvífica divina: passado, presente e futuro se encontram. O que Deus realizou no passado, a aliança, torna-se presente no agora da celebração litúrgica sacramental, projetando-nos ativamente inseridos na história a salvação para o futuro.

Por este ministério presbiteral da celebração dos sacramentos o sacrifício espiritual dos fiéis atinge a sua plenitude. Neste sentido o sacerdócio comum dos fiéis atinge a sua totalidade.

Em toda a celebração sacramental os presbíteros devem unir-se à imensa caridade salvadora de Jesus: “Tanto Deus amou que lhe deu seu Filho único para que todo o que nele crer não pereça mas

tenha a vida eterna” (Jo 3,16). Este amor grande do Pai que se manifestou no Filho deve estar presente no coração do presbítero que celebra o sacramento. Vale de novo aqui a grande palavra de Jesus: “Não deis aos cães o que é santo, nem atireis as vossas pérolas aos porcos, para que não pisem e, voltando-se contra vós, vos esfaquelem” (Mt 7,6). Os antigos diziam: “Sancta sancte sunt tractanda” (as coisas santas devem ser tratadas santamente!).

Por isso, o Ritual da Ordenação Presbiteral aconselha: “toma consciência do que fazes e põe em prática o que celebras, de modo que, ao celebrar o mistério da morte e ressurreição do Senhor, te esforces por mortificar o teu corpo, fugindo dos vícios, para viver uma vida nova”. E nas promessas sacerdotais: “Queres celebrar com devoção e fidelidade os mistérios de Cristo para louvor de Deus e santificação do povo cristão?” E o presbítero respondeu: “Quero, sim”.

Dois sacramentos sobretudo a Igreja, inculca muito ao presbítero, não só para celebrar, mas também para receber: a Eucaristia e a Reconciliação. A eucaristia em sua celebração possivelmente diária, a Reconciliação em sua celebração freqüente.

6.3. Terceira Tarefa: *Apascentar*, o que equivale, animar, a orientar, coordenar, presidir, discernir. Como presidentes da comunidade cultivem a ascese própria do bom pastor, renunciando a vantagens pessoais e não procurando o que lhes é útil e agradável, mas sim o que é útil e necessário para a salvação do povo a eles confiado. Entra aqui o exercício constante da caridade pastoral (=zelo pastoral), que o documento de Puebla resume em três tópicos: 1. “Ir à frente das ovelhas”: ficar atento aos caminhos por onde transitam os fiéis, a fim de que, unidos pelo Espírito, dêem testemunho da vida, padecimentos, morte e ressurreição de Jesus Cristo que, pobre entre os pobres, proclamou que todos somos filhos de um mesmo Pai e, por conseguinte, irmãos. 2. “Dar a vida” o que indica a medida da doação, é preciso morrer cada dia no cumprimento do seu ministério. 3. “Conhecer as ovelhas e ser por elas conhecido”. Não é suficiente tomar conhecimento das necessidades dos fiéis; é preciso envolver-se com todo o ser, amar

como quem veio não para ser servido e sim para servir e dar a sua vida em resgate pela multidão (do gênero humano) (Mc 10,45).

VII – Meios de perseverança

O desempenho fiel e incansável das três tarefas do mistério presbiteral, é muito exigente. Requer o uso de alguns meios a mais, que ajudam o presbítero diocesano a se sustentar no esforço requerido. Há meios de índole mais interna e meios de índole mais externa. Os internos são disposições ou atos feitos pelo presbítero que o mantém firmemente orientado para Deus. São atitudes pessoais, internas, que pedem vigilância contínua. Os externos são auxílios exteriores que ajudam o presbítero na sua caminhada de tal sorte que impeça o seu relaxamento ou a rotina em sua vida, já que “quodiana vilescunt” (as coisas cotidianas enjoam!).

7.1. Os meios internos são quatro: o desejo de santidade (perfeição); o conhecimento de Deus, de Jesus Cristo, de Maria Santíssima, de nós mesmos; a conformidade à vontade de Deus (faça-se a vossa vontade aqui na terra como lá no céu!); a oração.

7.2. Os meios externos são quatro: a direção espiritual; o regulamento de vida; as leituras e palestras de espiritualidade; a santificação da convivência com os outros.

7.3. O desejo de santidade (perfeição): meios internos e externos: sacramentos, conselhos evangélicos, mortificação.

O desejo de se aperfeiçoar, de ser um pastor zeloso, ardendo de amor pela salvação das pessoas: “Vim trazer o fogo à terra e o que desejo senão que o fogo se acenda” (Lc 12,49), deve ser sincero, ardente, predominante (primeiro o Reino de Deus!), constante, progressivo, prático (a fidelidade nas pequenas coisas garante a fidelidade nas grandes). “Noli in via remanere (não fique parado na estrada), semper adde (sempre para a frente), semper ambula (caminhe), semper perfice (avance sempre)”. Este desejo é alimentado pela meditação e oração (sobretudo a Bíblia lida, meditada, rezada), pelo esforço perseverante de não negar nada a Nosso Senhor, *pelo exame de consciência e pela confissão*

frequente bem feita, por dias de recolhimento, pelas visitas ao Santíssimo, pela devoção a Nossa Senhora.

É necessário insistir em quatro atitudes: A pureza de coração: “bem-aventurados os de coração puro, porque verão a Deus “ (Mt 5,8); o domínio de si mesmo (Gl, 5,16-22); a docilidade ao Espírito Santo: “ouvir o que o Espírito diz à sua Igreja” (cf. Ap 2,11); o exercício da presença de Deus: “Anda diante de mim e sê perfeito” (Gn 17,1).

7.4. O conhecimento de Deus, de Jesus, de Maria Santíssima, de nós mesmos

1. O conhecimento de Deus

Não se ama a quem não se conhece. Se alguém merece conhecido e amado, é sem dúvida Deus Uno e Trino. Pelo exame dos dados da Sagrada Escritura, encontramos Deus na trindade de pessoas:

a) A íntima relação entre Filho e Pai

- no campo do conhecimento e da ação: só o filho conhece bem o Pai, como só o Pai conhece bem o Filho. As obras do Filho são as obras do Pai;

- no campo do amor: o Filho ama o Pai, não deseja outra coisa do que fazer a vontade do Pai, agir como age o Pai; só quer dizer palavras do Pai. O Pai igualmente ama o Filho. Deu-lhe o poder de ressuscitar e dar a vida aos mortos, julgar todas as criaturas; confiou-lhe suas ovelhas; concedeu-lhe todo o poder no céu e na terra;

- no campo da união: Pai e Filho são um só; não estou só, o Pai está comigo;

- no campo da glória: o Filho possui a glória junto ao Pai antes que o mundo fosse.

Este Filho é o Unigênito, o Dileto, que sempre é ouvido pelo Pai, também quando pede o maior dos dons: o Espírito Santo. É tão íntima esta relação entre Filho e Pai que honrar o Filho significa honrar o Pai; rejeitar o Filho é rejeitar o Pai; odiar o Filho é odiar o Pai.

Há um intercambio de louvor, honra, amor, conhecimento, vida intensíssimos entre Filho e Pai, Pai e Filho. O Filho é expressão viva do Pai, sua imagem perfeita, sua palavra total, o êxtase do seu amor.

A maioria dos textos sagrados que indicam esta relação íntima entre Pai e Filho, Filho e Pai, encontram-se no Evangelho segundo São João. Lendo São João, é bom estar atento a esta particularidade.

b) A íntima relação entre Pai, Filho e Espírito Santo

Examinando a Sagrada Escritura e a tradição patrística, temos:

- O Espírito Santo é o dom do Pai, é enviado pelo Pai, procede do Pai, é promessa do Pai;

- O Pai enviá-lo-á a pedido de Jesus. O Espírito Santo virá em nome de Jesus, dará testemunho de Jesus, glorificará a Jesus, recebendo tudo o que é de Jesus;

- O Espírito Santo é um outro Paráclito, um outro Confortador, Advogado, Doutor, Mestre. É o espírito da verdade, que deverá ensinar tudo aos Apóstolos, recordar o ensinamento de Jesus, guiá-los à verdade completa, anunciar-lhes as coisas vindouras. É o Espírito Santo que reerguerá o mundo do pecado, da justiça, do juízo, pois Jesus foi rejeitado e condenado. Quem teve pecado nisso? De que lado está a justiça? Que sentença se deve dar? O mundo pensa ter razão. O Espírito Santo defenderá Jesus e convencerá o mundo de pecador, por não haver crido nele; mostrará que Jesus é justo e Santo, de modo especial pela sua ressurreição e ascensão ao céu; e que Satanás já está condenado.

Todos os povos devem ser batizados também em nome do Espírito Santo, tanto assim que não se pode considerar verdadeiro cristão quem ignora o Espírito Santo.

O Espírito Santo é fonte de água viva, é fogo, amor, unção espiritual, chama, é beijo de amor do Pai e do Filho. Esta expressão do beijo é de São Bernardo. São Bernardo diz que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho “*tamquam vere osculum, quod osculanti osculatoque comune est*” (In Cantia sermo 8,2, em PL (Patrologia

Latina) 183, 811: como um beijo que é comum ao que beija e ao que é beijado).

A maioria dos textos bíblicos provém de São João, devendo olhar-se também: *Mt* 28,19-20; *At* 19,1-7; *At* 2,33; *2Cor* 13,13. Olhar igualmente a liturgia: os hinos “*Veni Sancte Spiritus*” e “*Veni Creator Spiritus*”. Além disso, o ritual do sacramento da confirmação contém elementos preciosos.

Sintetizando agora o que, durante os séculos, o Magistério da Igreja manifestou sobre as três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo, às quais é igual a glória, coeterna a majestade, e às quais é devida igual adoração e glorificação. A injúria a uma pessoa é ofensa às três, como o louvor de uma é glória para todas. Não existem dívidas, mas o pai está todo no Filho e no Espírito Santo, o Filho está todo no Pai e no Espírito Santo, e o Espírito Santo está todo no Pai e no Filho e juntos são o único princípio de todas as coisas. Todavia não existem confusas, já que outra é a pessoa do Pai, outra é a pessoa do Filho e outra é a pessoa do Espírito Santo.

O Pai, fonte e origem de toda a divindade, não é feito por ninguém, nem criado, nem gerado. Tem de Si tudo o que é ou tem. É princípio sem princípio. É lhe próprio o nome de Pai.

O Filho não é feito, nem criado, mas, antes de todos os séculos, é gerado da substância do Pai, não por vontade, nem por necessidade, mas naturalmente, sem estar sujeito à conversão ou mudança, princípio de princípio, enviado pelo Pai. É lhe próprio o nome de Filho.

O Espírito Santo, não feito, nem criado, nem gerado, nem ingênito, procede do Pai e do Filho como de um único princípio e com uma única expiração; não sujeito a conversão ou mudança; falou por meio da lei e por boca dos Apóstolos; pregou por meio dos profetas; habita nos santos; enviado pelo Pai e pelo Filho. É lhe próprio o nome de Espírito Santo.

Existem, portanto, unidos distintamente e, ao mesmo tempo, distintos unidamente. Em uma palavra, em Deus tudo é comum e único onde não há oposição de relação.

O que caracteriza a vida íntima de Deus Uno e Trino são as processões intradivinas (duas) e as missões intradivinas (duas). O Filho procede do Pai, o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. O Filho é enviado pelo Pai, o Espírito Santo é enviado pelo Pai e Pelo Filho.

A consequência das processões é a circumincessão trinitária (= o Pai todo no Filho, o Pai e o Filho todo no Espírito santo, o Espírito Santo todo no Pai e no Filho. O templo do Pai é o Filho; o templo do Filho é o Pai; o templo do Pai e do Filho é o Espírito Santo; o templo do Espírito Santo é o Pai e o Filho. O Templo dos Três somos nós! (inabituação divina!). Somos templos do Espírito Santo, e por Ele templos do Pai e do Filho. A santíssima Trindade mora em nós: “Se alguém me ama, guardará minha palavra, e o meu Pai o amará e a ele viremos e nele estabeleceremos morada” (*Jo 14,23*).

É a luz mistério da inabituação divina que o preceito do amor fraterno recebe toda a sua força inteligibilidade: “Não rogo somente por eles, mas também por aqueles que por sua palavra hão de crer em mim. Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que tu me enviaste. Dei-lhes a glória que me deste, para que sejam perfeitos na unidade e o mundo reconheça que me enviaste e os amaste como amaste a mim” (*Jo 17,20-23*).

O mistério trinitário recorda-nos que nós devemos nos tornar um entre nós como o Pai, o Filho e o Espírito Santo são um, e que nós devemos nos amar com a mesma intensidade com que se amam Pai, Filho e Espírito Santo: amor infinito! “Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amo... Como o Pai me ama, assim também eu vos amo. Permanecei no meu amor” (*Jo 15,12-9*). É o mistério da comunhão ou da unidade em que tanto se insiste hoje e que caracteriza a vida eclesial.

c) Deus na unidade dos seus atributos

O Pai, o Filho e o Espírito Santo, cuja relação íntima acabamos de contemplar, são nos apresentados na revelação como um só Deus: um só Deus em três Pessoas, sendo o Pai Deus, o

Filho Deus, o Espírito Santo Deus, contudo não três deuses, mas um só Deus.

Como é que a revelação nos apresenta Deus? Deus, assim nos diz a revelação, é o Altíssimo, o Onipotente, o Onisciente, o Onipresente, o Eterno, o Imutável, o Vivo, o Verdadeiro, o Fiel, o Santo, o Justo, o Misericordioso, o Bom, o Providente, o Uno e Único, o Pai.

Para avaliarmos corretamente os atributos é necessário ter presente:

1) A história do Povo de Israel e a vida de Cristo e de sua Igreja. As páginas sagradas não nos fornecem uma exposição sistemática, mas uma vivida experiência que o Antigo e o Novo Testamento fizeram dos atributos divinos. Trata-se de história sagrada, história da salvação, em que Deus, Autor de toda a história humana, a Sua Causa Primeira, aos poucos se revela nos acontecimentos das causas segundas, que Ele escolheu para lugar principal da manifestação de sua Glória. Assim, por exemplo, para uma boa compreensão da onipotência divina, é preciso lembrar-se que Deus escolhe os fracos para confundir os fortes, escolheu os estultos para confundir os sábios, escolheu o vil e desprezível e as coisas que nada são, para destruir as que são (*1Cor 1,27s.*), de tal sorte que o poder divino, se manifesta em sua total pujança na *exinanitio* do Verbo (*Fl 2,7*), onde temos a união mais íntima e substancial possível entre o Finito e o Infinito, entre o Temporal e o Eterno, entre o Nada e o Tudo.

Da mesma forma, para dar outro exemplo, na liberdade da criatura humana manifesta-se a perfeição de ciência e vontade divinas. Deus é tão infinitamente perfeito que possa saber infalivelmente e querer eternamente de modo imutável o que a criatura humana fizer livremente no tempo. Deus tudo sabe e tudo quer, e, todavia, não interfere na liberdade da criatura humana.

2) Na realidade da Sagrada Escritura e em si mesmos os atributos divinos estão intimamente conexos. É impossível falar perfeitamente da excelsitude de Deus sem pensar em sua onipotência. A onipotência, por sua vez, nos recordará a fidelidade

divina; a fidelidade divina a imutabilidade; a imutabilidade a eternidade...

3) Os atributos divinos são muito ressaltados no Antigo Testamento e no Apocalipse. Por quê? Deus concluíra uma aliança com o Povo de Israel. Nesta aliança incluíam-se grandes promessas, como a salvação, a prosperidade, a grandeza do povo. Da parte do povo exigia-se a salvação, a prosperidade, a grandeza do povo. Da parte do povo exigia-se a observância da lei. Ainda mais, o povo devia conservar sua confiança em Deus nos tempos difíceis, quando Deus parecia estar distante. O penhor da fidelidade de Deus para com a aliança feita deve procurar-se nos próprios atributos. O povo esqueceu-os. Por isso, são sempre de novo lembrados.

No Apocalipse temos o livro das lutas do novo Israel, a Igreja. Não obstante o martírio da Igreja, a vitória final está certa, pois Deus dirige, sabe, quer e pode tudo.

No exame dos dados da revelação sobre os atributos divinos, constatamos duas realidades: de um lado a tremenda majestade divina (a transcendência divina; Deus o totalmente Outro), e de outro lado a sua inexplicável e amorosíssima condescendência, que chega ao auge no dom que Deus fez de si mesmo dando-nos seu Filho Divino: “Tanto Deus amou o mundo que lhe deu seu Filho Unigênito” (*Jo* 3,16).

A consideração destas realidades deve nos levar a uma profunda reverência, temor, confiança, amor para com Deus, dando-nos, igualmente, a norma para a nossa inserção no mundo.

Reverência – Temor: Deus o Excelso, o Santo, o Onisciente, Onipresente. Supera-nos infinitamente. Ser puríssimo. Vê, sabe, perscruta tudo. A exigência para nós é da busca de uma constante purificação interior.

Confiança: o Onipresente pode fazer tudo; cumpre sempre as suas promessas. O Onisciente sabe tudo; vê a nossa boa vontade; vê os nossos esforços; vê os nossos desejos, mesmo não tendo nós êxito, ele nos conhece e sabe o que desejaríamos conseguir e não

conseguimos. O Justo, o único totalmente justo, não só enquanto devemos prestar-lhe contas de nossas ações, mas também enquanto ele sabe pensar muito bem nossas imperfeições, nossas misérias, as injustiças que sofremos, o ambiente em que nascemos, fomos educados, vivemos. O Misericordioso: Ele perdoa, esquece, não deseja a morte do pecador. Ele é a bondade. O verdadeiro, o fiel, odeia a mentira; jamais nos engana; será fiel à palavra dada: passarão céus e terra, mas não passará nunca a sua palavra! O Eterno, o Imutável: Ele não é volúvel; não está sujeito aos desgastes do tempo; ELE É! O Providente: as pessoas não devem só pensar em ajudar e concentrar como se Deus não cuidasse delas. Vejam os lírios dos campos e os pássaros do céu ... (Mt 6,25-34).

Amor: o nosso bom Pai celestial! As parábolas do Filho pródigo ou do Pai Misericordioso, da dracma perdida, da ovelha desgarrada, indicam o íntimo do Seu Coração: não precisa de nós, mas acolhe-nos, procura-nos, corre atrás de nós como se não pudesse ser feliz sem nós.

Indignação: Quanto é blasfemado o Nome de Deus num mundo de injustiça, mentira, violência institucionalizada! O Santo nome de Deus tomado em vão para justificar o que de injusto se faz! Hipocrisia! Tanta hipocrisia!

Vergonha: quão pouco fazemos para sermos santos e evangelizarmos o mundo! O bafo de Satanás está abafando o grito do sangue de Cristo!

Norma para a nossa inserção no mundo (o nosso ser secular!): a transcendência divina aliada à imanência divina, concretizada na Encarnação Salvadora do Verbo, dá-nos o sentido preciso do nosso ser fermento, luz do mundo, fonte de água viva que jorra para a vida eterna.

Esta mensagem de esperança, vida, amor, é para ser levada aos nossos contemporâneos. As chagas do coração humano devem ser curadas pela visão da Beleza, Bondade, Misericórdia, Amor de Deus Uno e Trino. Deus não constitui ameaça para a nossa

personalidade; Ele é antes o fundamento último e garante de nossa liberdade e autonomia.

2. O conhecimento de Jesus Cristo

“Eis que estou à porta e bato: se alguém ouvir minha voz e abri a porta, entrarei em sua casa e cearei com ele, e ele comigo” (*Ap* 3,20). Abrir a porta a Jesus é caminho da intimidade com Ele. “Rabi, onde moras?” – “Vinde e vede”. Eles foram, viram onde morava e naquele dia permaneceram com ele. Era a hora décima, aproximadamente (*Jo* 1,38-39). Conhecer Jesus é a felicidade: “Esta é a vida eterna, que conheçam a ti, um só Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo que tu enviaste” (*Jo* 17,3).

Um conhecimento de Deus, um conhecimento de Jesus, um sentido profundo de Deus, um sentido profundo de Jesus... (neste mundo secularizado, e mais do que isso, secularista!) é conhecer a Deus que nos envolve com a sua onipresença criadora e redentora, repassada de um amor sem limites. Este Deus que é maior do que o nosso coração, que é maior e mais poderoso do que o nosso pecado. Este Deus que não está fora da nossa vida, mas a impregna inteiramente. Este Deus que se fez nosso próximo (aproximou-se o Reino de Deus... (*Mc* 1,15)), este Deus que nos ama tanto a ponto de nos dar o seu próprio Filho, o seu Filho único, o Unigênito (*Jo* 3,16), que não o poupou, mas o entregou por todos nós (*Rm* 8,32). É precisamente este Filho, este nosso Senhor Jesus Cristo, que devemos conhecer, pois é Ele que nos introduz na intimidade da vida divina. Através da encarnação do Filho, Deus Pai e Deus Espírito Santo se comprometeram (João Paulo II, na Carta apostólica *Tertio Millenio Adveniente*, n. 9 diz: que “Deus se entranhou na história do homem com a Encarnação!”) com a história da nossa salvação. Estamos, por isso, diante de um Deus comprometido, de um Deus entranhado, na história de cada um de nós, comprometido, entranhado, na história de todo o Povo de Deus.

É Jesus Cristo, o filho Eterno do Pai, que nos revela o Pai e o Espírito Santo. Jesus veio nos dizer quem é o Pai, quem é o Espírito Santo. Veio nos dizer qual o projeto criador e salvador

divino. E Jesus podia fazê-lo, pois,” ninguém conhece o filho senão o Pai ninguém o Pai a não ser o Filho” (*Mt 11,27*).

A intimidade de Jesus com o Pai é indicação para a nossa intimidade com o Pai através de Jesus: “ninguém vai ao Pai a não ser por mim” (*Jo 14,6*), e do Espírito Santo, intimidade toda feita de confiança filial, de ternura, carinho. “Se não vos tornardes como criança, não entrareis no Reino dos céus” (*Mt 18,23*) – se não fordes capazes de chamar a Deus de Pai com coração de filho, se não sentirdes em vós a ternura que um filho sente para com o seu pai, não sois aptos para fazer parte do Reino de Deus – da intimidade do Pai, da intimidade gostosa do Pai do céu.

Jesus, a partir dessa intimidade, manifesta o plano do Pai. E qual é esse plano? Que o Pai seja tudo em todos. Só assim todos serão felizes como o Pai é feliz. Deus Pai tudo em todos constitui o Reino de Deus em sua consumação (*1Cor 15,28*). Com Jesus esse Reino fez a sua entrada definitiva no mundo: “O Reino de Jesus aproximou-se (está aí; chegou), convertam-se e creiam no Evangelho” (*Mc 1,15*). Jesus já é esse Reino, pois nEle o Pai é tudo! O Pai está todo no Filho e o Filho está todo no Pai! Jesus é o Evangelho do Pai. A imensa Boa Nova é a nossa vocação para estarmos todo no Pai como Jesus está todo nele e Deus Pai seja tudo em todos.

Jesus é aponte (o Pontífice = o que faz a ponte; o que faz de ponte!, como Deus e como Homem, entre Deus e os homens. É por Ele Jesus Homem-Deus que temos acesso ao Pai (*Jo 14,6*). Somos filhos no Filho (*Ef 1,3*).

É isto o que explica a palavra de Jesus: “O meu alimento é fazer a vontade do Pai e levar a término a sua obra” (*Jo 4,34*) e explica o próprio Pai Nosso, resumo da vida de Jesus e programa para a nossa vida: “Santificado seja o vosso nome” = o Pai seja respeitado; “Venha a nós o vosso Reino” = o Pai seja tudo em todos: ‘quer comais, quer bebais... fazei tudo em nome de Jesus Cristo para a glória de Deus Pai” (*1Cor 10,31; Cl 3,17*). “Seja feita... como no céu” = terra e céu o mesmo viver, a mesma vida, a vida do Pai!

Jesus veio ao mundo para tornar realidade o plano do Pai. Para isso deu a vida (Fl 2,9). Tendo cumprido sua missão, Jesus deixou-nos o Espírito Santo, que é o Espírito do Pai. Jesus, entretanto, tendo cumprido sua missão, não se afastou de nós, entrou na história para ficar. O Apocalipse é em seu tudo um cântico a esta permanência de Jesus.

A própria vida sacramental da Igreja é o “cordeiro imolado de pé” (Ap 5,6), caminhando com a sua Igreja ou, se quiserem, no centro da Igreja, retemperando-a com a sua água e o seu sangue que fluíram na Cruz quando a lança abriu o seu lado (Jo 19,34). É um rio de água viva e de sangue vivificante que perpassa sem cessar as veias da Esposa Sagrada que é a Igreja. Assim Ele renova constantemente a história. Ele não está aí para dominar a história, mas para servi-la com a sua ação salvífica continuada. É sobretudo por sua Palavra e pela Eucaristia que Jesus caminha com os seus discípulos, mas particularmente com os seus Padres, através do mundo anunciando e vivenciando as maravilhas de Deus (cf. Lc 24,33-35).

Considerando esses aspectos do ministério de Jesus Cristo, não fica para nós outra alternativa do que amá-lo intensamente, amá-lo apaixonadamente. Conhecer profundamente a Jesus Cristo leva necessariamente ao amor. Quanto mais profundamente conhecemos a Jesus, sua bondade, sua ternura, sua atenção, sua beleza, sua doação, seu carinho, mais o nosso amor, a nossa adesão, por ele e a Ele crescerá, mais procuraremos agradar-lhe, com mais firmeza rejeitaremos tudo o que nos afasta de Jesus. Os apóstolos, que privaram da companhia de Jesus, o que fizeram? “Deixaram tudo para segui-lo” (Mt 19,22). Esforçaram-se por agradar em tudo a Jesus: “Já não vivo eu, é Cristo que vive em mim. Minha vida presente na carne eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim!” (Gl 2,20). Nada pode separá-los do amor de Cristo: “Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, a angústia, a fome, a nudez, o perigo, a espada...? estou convencido de que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem o presente, nem o futuro, nem os poderes, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá nos separar do

amor de Deus manifestado em Cristo Jesus vosso Senhor” (*Rm* 8,35.38-39).

Este amor apaixonado por Jesus é a viga mestra de toda a nossa vivência espiritual sacerdotal. Ele leva-nos, impele-nos, arrasta-nos a assumir a sua missão, a sua missão salvadora, a sua compaixão pelo povo que deve ser salvo: “Ao ver a multidão teve compaixão dela, porque estava cansada e abatida como ovelhas sem pastor” (*Mt* 9,36). Também ele via a messe grande e os operários poucos (*Mt* 9,37). Por isso, “pedi ao Senhor da messe que envie operários para sua messe” (*Mt* 9,38). Temos a felicidade e a enorme honra de sermos os operários principais dessa grande messe. Não temos o direito de decepcionar a Jesus com a nossa acomodação, a nossa moleza a nossa indiferença, a nossa covardia, a nossa falta de confiança. Jesus veio trazer o fogo à terra e não quis outra coisa do que ver este fogo aceso (*Lc* 12,49). Compete a nós, padres diocesanos, inseridos no meio do povo, acender, ou melhor ainda, manter aceso este fogo, desempenhando as nossas tarefas, funções, ministério, de modo sincero e incansável no Espírito de Cristo (*Presbyterorum Ordinis*, 13): PALAVRA-SACRAMENTO-AÇÃO. Colocados à frente do povo para presidilo, coordená-lo e animá-lo, temos que renunciar a proveitos pessoais, procurando não o que serve para nós, mas o que serve ao povo para a salvação (cf. *Presbyterorum Ordinis*, 13).

Um resumo para saber quem é Jesus Cristo, temos em: Hb 1,1-4; Jo 1,1ss.; Cl 1,15ss.; Fl 2,-11. Em poucas palavras, o Filho do Pai, a Palavra substancial, eterna do e definitiva do Pai dita ao mundo (não haverá mais outra Era. A Nova Era não passa de um sopão de mau gosto em que vem misturado tudo que é religião possível, tudo que é filosofia, tudo que é ideologia. Isto se chama: unidade do mundo. Isto é bem mais balbúrdia e anarquia total!), Expressão viva do Pai, Louvor Perfeito do Pai, Cântico do Pai, Resplendor da glória do Pai, figura da substância do Pai. Êxtase do Pai...

3. O Conhecimento de Maria Santíssima

É a imaculada, concebida sem pecado original, Mãe de Deus, sempre Virgem, levada ao céu em corpo e alma. Intimamente associada a Cristo na obra redentora, Mãe da Igreja, o grande sinal de rosto materno e misericordioso da proximidade do Pai e de Cristo (*Puebla*, 282). Presença sacramental dos traços maternos de Deus (*Puebla*, 291).

O Papa Paulo VI lembrou que a devoção a Maria é elemento qualificador e intrínseco da genuína piedade da Igreja e do culto cristão. Já antes, no século XVIII, são Leonardo de Porto Maurizio dizia: “È impossibile che si salvi chi non è devoto di Maria... Tanto importa esser devoto di Maria quanto importa entrare in paradiso, perchè in Paradiso non entra chi non è divoto di Maria”; e Santo Afonso Maria de Liguori: “Onde si fa mal pronostico di taluno che vive atualmente alieno di tal devozione”; e São Germano de Constantinopla afirmava: “Nemo salvus nisi per Te, o Deipara.; nemo periculorum expers nisi per Te Virgo Parens... nemo donum per misericordiam consecutus nisi per Te”. A importância da devoção a Maria!

Na Sagrada Escritura devem ser sublinhados Protoevangelho (*Gn* 3,15); as Bodas de Caná (*Jo* 2,1-11); Maria ao pé da cruz (*Jo* 19,25-27); profecia do velho Simeão (*Lc* 2,34ss.); a mulher e o dragão (*Ap* 12,1-17); o “Fiat” (*Lc* 1,38); o Ave, cheia de graça (*Lc* 1,28); o “bendita tu que creste” (*Lc* 1,45-42); o aspecto reflexivo da Virgem (*Lc* 12,19.51); o “Magnificat” e a “Serva do Senhor” (*Lc* 1,46-55.38); a Virgem Orante (*At* 1,14). São trechos sagrados que nos mostram a fé profunda de Nossa Senhora, a sua humildade sincera: “olhou para a pequenez (para o nadinha) de sua Serva”, a sua doação total a Deus. O seu cuidado por Jesus, o valor da vida oculta com Cristo em Deus, a sua dedicação e preocupação com os outros.

Maria Santíssima é, sem dúvida, o apelo constante de Deus dirigido a nós para um abandono total em Suas mãos, exercício perfeito da fé. Maria é o caminho da vinda de Deus na carne até nós, Ela é o nosso caminho de homens na carne para Jesus e por

Jesus para Deus, É o caminho normal obrigatório de nossa volta a Deus. Foi o caminho de vinda de Deus a nós; é o nosso caminho de volta para Deus.

4. O conhecimento de nós mesmos

É preciso conhecer-nos em nossas boas qualidades e em nossos defeitos. É preciso saber aceitar-se como se é. Há pessoas que não se sabem aceitar assim como são. Isto prejudica muito a pessoa. É necessário aceitar-se assim como se é, para, a partir daí, desenvolver o que há de bom em nós. Pode acontecer que não consigamos superar tudo o que julgamos defeito em nós, como, p.ex., certos defeitos físicos, certas limitações da inteligência, certa falta de jeito, certa timidez, certos complexos. Isto tudo não nos deve impressionar. É preciso aceitar-se deste jeito. Deus Nosso Senhor é capaz de tirar um grande bem de qualquer defeito nosso. É evidente que se pede o nosso esforço. Este esforço pode conseguir pouco resultado. Não faz mal. Deus não olha tanto para o resultado; Ele deseja mais o nosso esforço.

As avaliações, que os outros fazem de nós, ajudam muito ao nosso conhecimento. Não deveríamos por isso agastar-nos ou ficar tristes, desanimados, mas agradecer aos que assim procedem conosco e dar graças a Deus de nos conhecermos um pouco melhor. A imagem que fazemos de nós mesmos é, em geral, diferente da imagem que os outros fazem de nós. Os outros enxergam em nós defeitos que nós não enxergamos. É bom termos a verdadeira imagem de nós e não uma imagem falsa, uma imagem que nós construímos para nós mesmos.

Neste conhecimento de nós mesmos entra também a nossa dignidade humana. Somos feitos à imagem e semelhança de Deus. Não podemos estragar esta imagem e semelhança. Somos filhos e filhas de Deus. Esta filiação divina nos enobrece ao máximo, e exige de nós uma conduta que corresponda a esta nossa dignidade. Não podemos degradar-nos. A nossa profunda inserção em Jesus Cristo, e por Ele em Deus, deve dar-nos a dimensão de nossa grandeza proveniente da graça santificante e estimular-nos para sermos santos como Deus nosso Pai é santo (cf. *IPd* 1,15-16):

“Como é santo aquele que vos chamou, tornai-vos também vós santos em todo o vosso comportamento porque está escrito: Sede santos, porque eu sou santo” (*Lv 19,2; 17,1*).

5. Conformidade com a vontade de Deus

Não se trata aqui de conformismo ou de certo fatalismo (Deus quer e não temos mais conversa! É assim mesmo; não tem outro jeito), muito comum entre as pessoas. Não se pode simplesmente dizer é Deus que assim quer, quando, na realidade, são certas situações ou estruturas que nos levam a certa condição de vida. As estruturas condicionam e muito. As nossas próprias inclinações, nem sempre bem ordenadas, provocam surpresas. Não se trata de nos conformarmos à situação sem nos esforçarmos por mudá-la.

Aqui, quando se fala de conformidade com a vontade de Deus, trata-se de ressaltar o esforço a ser feito por nós para buscar a união da nossa vontade com a vontade divina ou significada ou de beneplácito. É o esforço de se colocar dentro do projeto do Pai do céu: “seja feita a Vossa vontade aqui na terra como lá no céu” (Pai Nosso). A vontade significada de Deus é aquela que Deus significou claramente para nós e se encontra nos dez mandamentos da Lei de Deus e nos conselhos evangélicos, bem como nos mandamentos da lei da Igreja. A vontade de beneplácito de Deus é aquela que se manifesta nos acontecimentos da vida. É o que, hoje, chamamos sinais dos tempos. É sempre preciso estar atento à nossa própria história pessoal e à história mundial, onde também temos a história da Igreja. É nos acontecimentos diários que nos esforçamos por ler a vontade de Deus, vontade de beneplácito.

Para nossa santificação é necessário recordar sempre as afirmações de Jesus: “O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou” (*Jo 4,34*); ou então: “Quem fizer a vontade de meu Pai, esse é meu irmão e minha irmã” (*Mt 12, 50*). Para chegarmos a esse fim, temos:

1. A Oração

É preciso orar sempre, sem jamais esmorecer (cf. *Lc 18,1; ITs 5,17*). Oração pessoal; oração comunitária; oração litúrgica; oração

vocal-meditação ou oração discursiva; oração afetiva; oração contemplativa (oração da simplicidade ou do simples olhar; oração da quietude; oração da união plena; oração da união transformante, onde temos como prelúdio a oração extática). É preciso habituar-se a andar constantemente na presença de Deus: “Quer comais, quer bebais, quer façais qualquer outra coisa, fazei tudo em nome do Senhor Jesus para a glória de Deus Pai” (cf. *1Cor* 10,31; *Cl* 3,17). São João Crisóstomo diz que “nada se compara em valor à oração; ela torna possível o que é impossível, fácil o que é difícil. É impossível que caia em pecado o homem que reza”. E Santo Afonso de Ligório: “Quem reza certamente se salva; quem não reza certamente se condena”. E Orígenes: “Ora sem cessar aquele que une a oração às obras e as obras à oração. Somente dessa forma podemos considerar como realizável o princípio de orar sem cessar”. O Catecismo da Igreja Católica na sua IV Parte trata muito bem da Oração, ressaltando de modo especial o Pai Nosso.

2. A Direção Espiritual

Deus construiu a sua Igreja sobre Pedro e os demais Apóstolos, que têm no Papa e nos Bispos os seus sucessores. Por que Deus fez isto? Para que houvesse uma autoridade (=Servo do Senhor!) visível, servidores visíveis, que, em nome dEle, apascentassem e dirigissem a sua Igreja. Da mesma forma, Deus quer que as pessoas em seu foro interno, em seu íntimo, em sua vida particular sejam conduzidas e orientadas por um guia espiritual experimentado que possa ajudar as pessoas a superar ou evitar obstáculos e dinamizar e orientar os esforços. Para quem tende sinceramente à perfeição torna-se indispensável um bom guia espiritual.

3. O Regulamento de vida

É a boa organização da vida. Ordenar a própria vida dentro de certa regra de vida e de certo horário para tudo o que se faz, é absolutamente necessário se a pessoa quiser chegar a boas conclusões dentro de suas atividades. É a agenda diária. Se você não organizar a sua vida todos os dias dentro de certo horário, você não só perde tempo inutilmente, mas você não progride, você

arranja pouco. É preciso ter horário marcado para tudo, embora sempre com certa flexibilidade. Horário para oração, horário para estudo; horário para atendimento ao povo; horário para as celebrações; horário para as visitas, que normalmente devem ser curtas para não molestar as pessoas e descambar para assuntos completamente sem sentido.

4. A leitura e a palestra espiritual

Trata-se de alimentar a nossa vida cristã. O melhor livro será sempre a Bíblia. Além da Bíblia, outros bons livros aprovados pelo seu guia espiritual, de preferência obras clássicas da espiritualidade cristã, como p.ex., Santa Teresa de Ávila, São João da Cruz, Santo Afonso de Ligório, São Francisco de Sales, São Francisco de Assis, Santa Teresinha do Menino Jesus, Santa Isabel da Trindade... Tal leitura não pode faltar um dia sequer. Ajuda muito dar a máxima atenção na liturgia das Horas ao Ofício das Leituras.

5. Santificação da própria vivência

Convivência com a família, com os paroquianos, com os amigos, com os irmãos no presbiterado, com os seminaristas, com as Autoridades, com os doentes, com os pobres, com qualquer pessoa. O princípio geral: todos foram feitos à imagem e semelhança de Deus. Todos filhos e filhas de Deus. Todos irmãos e irmãs em Jesus Cristo. E mais ainda o dito de Jesus: “Tudo quanto tiverdes feito a um desses meus irmãos mais pequeninos é a mim que o tereis feito” (Mt 25,40). Vale a pena meditar a Carta de São Paulo aos Colossenses, o capítulo 3 versículos 5 a 17, onde se diz muito bem como deve ser esta convivência. O “*Presbyterorum Ordinis*” também dá indicações preciosas quando trata da fraternidade entre os presbíteros; do relacionamento entre presbíteros e leigos; o que, *servatis servandis*, se deve aplicar também no relacionamento com as pessoas consagradas.

6. Sacramentos, Conselhos Evangélicos, mortificação

Eles também pertencem aos meios de perfeição cristã. São meios externos e internos.

a) *Os Sacramentos* – Os sacramentos transformam a nossa vida. Tornamo-nos propriedade de Cristo, tornando-nos um outro Cristo (cf. *Gl* 3,27-28): a sua vida torna-se a nossa. Vida divina encarnada no mundo! E na atual economia da salvação, vida encarnada redentora, libertadora, que se deve expressar na exinaníto, na kénosis (cf. *Fl* 2,5-9) para a glória de Deus e a salvação dos que nos foram confiados. É o morrer constantemente a nós mesmos, ou, mais exatamente na expressão de São Paulo, é o estar agonizando sempre com Jesus agonizante, a fim de que a vida de Jesus seja manifestada em nossa carne mortal (*2Cor* 4,10). É o trazer sempre a cruz de Jesus, o estar sempre Crucificado (*1Cor* 2,2; *Gl* 6,14-7). Cada sacramento significa uma profissão pública de maior participação na cruz de Jesus! A vida sacramental pede de nós, padres diocesanos, uma contínua profissão de fé, esperança e caridade; a vivência de uma profunda vida teologal.

b) *Os Conselhos Evangélicos* – Não se pode transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus sem o espírito das bem-aventuranças (*Lumen Gentium*, 31). O compêndio das bem-aventuranças está nos três conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência. O decreto “*Presbyterorum Ordinis*”, quando no cap. III trata da Vida dos Presbíteros, lembrando a vocação deles à perfeição, a partir dos números 15 ao 17 explica como deve ser a vivência destes conselhos na vida dos padres.

1. *A pobreza* é o uso e posse equilibrada dos bens terrenos. Sem apegos; sem exigências; dentro da marca registrada da espiritualidade latino-americana: *a evangélica opção preferencial e solidária pelos pobres*. “Utilizando-se do mundo como se de verdade não se utilizasse, chegarão àquela liberdade pela qual se sentirão livres de todo cuidado desordenado e se farão dóceis para ouvirem a voz de Deus na vida de cada dia. É desta liberdade pela qual se sentirão livres de todo cuidado desordenado e se farão dóceis para ouvirem a voz de Deus na vida de cada dia. É desta liberdade e docilidade que se desenvolve a disposição espiritual e por ela se chega à atitude verdadeira para com o mundo e as realidades terrestres [...] É preciso [...] discernir à luz da fé todas as coisas que se apresentam, para serem levados a fazer bom uso

dos bens conforme à vontade de Deus e para repelirem os que prejudicam a sua missão” (*Presbyterorum Ordinis*, 17).

2. A *Castidade* – Ela é sinal e estímulo da caridade (= zelo) Pastoral e fonte peculiar da fecundidade espiritual no mundo. Ela expressa a nossa doação total a Jesus, ao seu Reino, aos que nos foram confiados. Devemos servir ao Senhor de coração indiviso, com um coração católico, sabendo que o martírio diário de nosso sagrado celibato levará a felicidade eterna, a uma multidão inimaginável e, por ele sobretudo, nos tornamos crucificados com Jesus Crucificado fonte perene de salvação. Somos um sacramento vivo no meio do mundo da doação perfeita realizada por Jesus. Também neste sentido somos, na acepção mais completa da palavra, um outro Cristo, cuja Esposa é a Igreja e o Mundo todo.

3. A *Obediência* – Por ela, através do presbitério, ficamos sempre à escuta para saber o que Deus quer de nós aqui, e realizá-lo o mais perfeitamente possível. A nossa obediência coloca-nos dentro da liberdade de Deus. E quanto mais estivermos dentro desta liberdade divina, mais livre seremos no desempenho do nosso ministério. Aqui também a caridade (=zelo) pastoral é a grande mola. Estamos prontos a nos desgastar e consumir em qualquer ofício, mesmo o mais humilde e pobre, em íntima comunhão com o nosso Bispo e os nossos irmãos no presbitério. A nossa obediência é também um ato profundamente comunitário (=em comunhão). Não buscamos o que nos agrada e satisfaz, mas o que agrada e satisfaz ao bom Deus. Ela será sempre responsável e voluntária, com os olhos voltados para Jesus, que se fez obediente até a morte na cruz (*Fl 2,9*).

c) A *Mortificação* – Como padres diocesanos, devemos praticar continuamente, encontra a sua justificativa no próprio Jesus Cristo, Sumo e Eterno Sacerdote, Sumo e Eterno Pastor, Sumo e Eterno Mestre, que “se entregou por nós a fim de nos resgatar de toda iniquidade e purificar um povo que lhe pertencesse como próprio, zeloso pelo bem” (Tt 2,14) e pela Paixão entrou na Glória. O padre diocesano, consagrado pela unção do Espírito Santo e enviado por Jesus Cristo para evangelizar o mundo inteiro,

mortifica em si mesmo as obras da carne (de todas as inclinações desordenadas) e se dedica totalmente ao serviço das criaturas humanas. É mais uma vez o espírito de doação total que deve animar o padre diocesano em seu engajamento evangelizador (cf. *Presbyterorum Ordinis*, 12).

É preciso corresponder às grandes finezas de Deus para conosco: “Tanto Deus amou o mundo (isto é, a nós de modo particular) que nos enviou o seu Filho Único para que todo o que nEle crer, não morra mas tenha a vida eterna” (*Jo* 3,16). A santidade está no amor de Deus levado à doação total de nós mesmos ao nosso próximo. O amor de Deus desafia-nos para combatermos em nós o homem velho, o homem do pecado, e deixar viver em nós o homem novo, que é Jesus Cristo Morto-Ressuscitado. “O Cordeiro imolado de pé diante do trono do Altíssimo” (*Ap* 5,6) é a realidade que deve ser a nossa de padres diocesanos. O grande ideal de nossa vida presbiteral só pode ser o de viver para Deus em sumo grau, incorporando-nos em Jesus Cristo (um só em Cristo Jesus!) de tal sorte que as suas disposições interiores penetrem o mais íntimo de nós mesmos e se nos tornem as nossas disposições: “Tende em vós os mesmos sentimentos de Cristo Jesus” (*Ts* 2,5). Que assim seja!

**Aloísio Cardeal Lorscheider*
Arcebispo de Fortaleza (1973-1995),
Arcebispo emérito de Aparecida/SP